

Desafios para o segundo semestre

ECONOMIA - Brasil

Antônio Corrêa de Lacerda *

Os rumos da economia brasileira após a mudança da política cambial suscitam o debate acerca das alternativas que se apresentam para a política econômica, tendo em vista não apenas os aspectos internos, mas também o cenário externo.

Nos anos 90 o Brasil ampliou a sua vulnerabilidade externa, ao realizar a abertura financeira, seguida da comercial, combinada com uma valorização do câmbio após o Plano Real, e sem que houvesse negociação de contrapartida por parte dos nossos principais parceiros comerciais. Ampliamos exponencialmente as importações, mas nossas exportações ainda enfrentam barreiras, especialmente no mercado americano.

Além disso, não desenvolvemos a geração de valor agregado e conteúdo tecnológico dos bens transacionáveis, ou seja, continuamos como exportadores de

commodities e de produtos manufaturados pouco diferenciados, o que nos dá pouca competitividade no mercado global.

Aliás, o cenário externo também conta com uma desaceleração do ritmo do crescimento do comércio internacional, após uma década e meia de expansão acelerada. Além disso, os preços das commodities também caíram. Aquelas que mais pesam em nossa pauta de exportação perderam entre 25% e 30% nos últimos doze meses.

Outros países exportadores, especialmente os asiáticos, também fizeram grandes desvalorizações. Assim, com uma demanda que cresce pouco e uma oferta mais agressiva, o mercado internacional está muito competitivo, o que conspира para deprimir a receita das exportações.



O cenário interno para o segundo semestre traz alguns fatores positivos. Provavelmente teremos taxas de juros menores e taxas de câmbio também mais favoráveis para o setor produtivo. Mas a área externa continua a reproduzir incertezas. Ainda temos que nos financiar, em escala apreciável, no exterior. Logo, qualquer choque externo poderá trazer dificuldades.

Há duas possibilidades especialmente preocupantes de que isso aconteça. A primeira, e mais importante, decorre do comportamento da economia norte-americana, que cresce há nove anos, apresenta a menor taxa de desemprego dos últimos trinta anos e tem obtido grande desempenho tecnológico. No entanto, na base desse processo há um excesso de endividamento de empresas e fa-

mílias. O preço dos ativos negociados em bolsas já supera em muito o PIB norte-americano, denotando claramente uma valorização excessiva. Os agentes estão antecipando movimentos que podem não se concretizar, contando com uma receita futura que talvez não se realize.

Esse processo poderá ser revertido se houver uma correção na Bolsa de Nova York e uma alta nos juros americanos, fato que poderia trazer três consequências negativas sobre o Brasil. Primeiro, a demanda americana por importações tenderia a diminuir, contraindo um mercado que absorve cerca de 20% das nossas exportações. Segundo, com a internacionalização dos mercados, uma queda acentuada na Bolsa de Nova York terá reflexos imediatos sobre os países em desenvolvimento. Terceiro, se os juros americanos subirem, ficará mais difícil baixar nossos próprios juros internos, além do aumento do custo do financiamento externo.

O segundo foco de instabilidade externa, para o Brasil, está na Argentina. O plano de estabilidade desse país ganhou novo fôlego depois do Plano Real, que ampliou a competitividade da economia argentina em um mercado que absorve 1/3 das suas exportações. Mas o esgotamento e a proximidade das eleições presidenciais nesse fundo geram um agravamento do quadro, que tenderá a afetar, direta ou indiretamente, os países da região.

Assim, tendo em vista que os fundamentos da economia brasileira permanecem muito frágeis, especialmente as áreas fiscal e externa, a volatilidade das expectativas do mercado quanto aos desdobramentos do cenário interno e externo deverá afetar muito os indicadores econômicos, sobretudo a taxa de câmbio, que no novo regime vigente tende a absorver e refletir essas incertezas. ■

* Presidente do Conselho Federal de Economia e professor da PUC-SP.